

DISCURSO, CONTEXTO E TRADUÇÃO: MARCAS CULTURAIS NOS INTERROGATÓRIOS DA ROSA BRANCA

Anna Carolina SCHAFER
Universidade de São Paulo
anna.schafer@usp.br

Resumo: Este artigo se propõe a discutir tópicos da tradução em andamento (do alemão para o português) de interrogatórios conduzidos pela polícia secreta nazista com dois membros da resistência alemã ao nacional-socialismo: os irmãos Hans e Sophie Scholl. O embate ideológico característico dos interrogatórios dos irmãos Scholl pode ser considerado representativo de todo o seu momento histórico, uma vez que reflete as arbitrariedades e as medidas repressivas do regime nacional-socialista contra seu próprio povo. O foco da apresentação recairá especificamente sobre as marcas culturais, tais quais concebidas por AZENHA JUNIOR (2006), presentes nesses textos. Nesse sentido, é importante lembrar que o regime nacional-socialista fez do discurso seu mais poderoso instrumento de manipulação. Criou e consolidou uma linguagem própria, a qual representa um desafio peculiar à tradução. Partindo desses pressupostos, nos apoiaremos na abordagem sociocognitiva de VAN DIJK (2012) para, através de mecanismos da análise crítica do discurso, identificar as marcas deixadas pelo contexto nacional-socialista no discurso dos interrogatórios. Apontaremos, enfim, as consequências desse entendimento de texto-em-contexto para a nossa tradução.

Palavras-chave: A Rosa Branca; marcas culturais; análise crítica do discurso; tradução

1. Introdução e contextualização

A *Rosa Branca* (alemão: *Die Weiße Rose*) foi um grupo de resistência ao nacional-socialismo na Alemanha. Constituíam-se sobretudo de jovens universitários de Munique que se opunham, devido às suas convicções religiosas, filosóficas e políticas, à ideologia nazista. O núcleo da *Rosa Branca* era formado pelos estudantes de medicina Hans Scholl (1918 - 1943), Christoph Probst (1919 - 1943), Alexander Schmorell (1917 - 1943), Willi Graf (1918 - 1943), pela estudante de biologia e filosofia Sophie Scholl (1921 - 1943) e pelo professor universitário de filosofia Kurt Huber (1893 - 1943), um dos principais mentores intelectuais do grupo. Por seu caráter pacífico, que o distingue de grande parte dos movimentos da resistência antinazista, o grupo tornou-se uma espécie de mito na Alemanha e é caracterizado em na literatura de memória como “símbolo da resistência pura, moral, não voltada para a obtenção de poder ou influência” (MOLL 1994: 444).

As ações da *Rosa Branca* eram voltadas à distribuição de panfletos que convocavam os cidadãos alemães à resistência contra o governo de Hitler. Entre julho de 1942 e 1943 foram redigidos seis panfletos, que eram enviados anonimamente pelo correio ou deixados sobre carros estacionados e em cabines telefônicas de Munique e arredores. No dia 18 de fevereiro de 1943, a Gestapo (polícia secreta nazista) chegou até essas pessoas depois de os irmãos Hans e Sophie Scholl terem sido flagrados espalhando panfletos no campus da Universidade de Munique. À prisão dos irmãos Scholl seguiu-se uma série de interrogatórios longos e exaustivos, que se iniciaram no mesmo dia da prisão e se prolongaram até a noite do dia 21 de fevereiro. No dia 22, ocorreu o primeiro julgamento do Tribunal do Povo – o mais alto tribunal político da época, responsável por julgar e condenar os ativistas da resistência alemã – com membros da *Rosa Branca*. Nele, foram julgados Christoph Probst e os irmãos

Hans e Sophie Scholl. Acusados de crimes como “traição à pátria”, “corrupção do poderio militar alemão” e “favorecimento do inimigo” (cf. SCHOLL 2013: 115), os três foram condenados à morte por decapitação. A sentença foi cumprida ainda no mesmo dia.

A rapidez com que os membros da *Rosa Branca* foram interrogados, julgados e condenados não era usual, mesmo em um regime de exceção como foi o nacional-socialista. Ela se deveu ao fato de o próprio Adolf Hitler ter ordenado, após ter sido aconselhado por lideranças do partido nazista e pelo chefe de distrito de Munique, que os membros da *Rosa Branca* fossem condenados de forma rápida e exemplar pelo Tribunal do Povo (cf. CHAUSSY & UEBERSCHÄR 2013: 201). Assim, após o processo que culminou com a condenação dos irmãos Scholl, ainda ocorreram mais quatro processos, em que foram julgadas outras 27 pessoas. A maioria delas recebeu penas de prisão ou de trabalhos forçados, algumas foram absolvidas e outras quatro foram condenadas à morte.

A história da *Rosa Branca* é contada por Inge Scholl, irmã mais velha de Hans e Sophie Scholl, na obra *Die Weiße Rose*, que reúne diversos documentos e depoimentos relativos ao grupo e foi publicada pela primeira vez em 1952 na Alemanha. *Die Weiße Rose* tornou-se um best-seller e, por meio dela, a história da *Rosa Branca* foi sendo recontada, de geração em geração, na Alemanha. Foi contada também em diversos outros países, a partir da tradução do livro para línguas como francês, inglês, espanhol, italiano, russo e japonês.

Em 2010 começou a ser desenvolvido na Universidade de São Paulo, sob coordenação das Profas. Dras. Juliana Pasquarelli Perez e Tinka Reichmann e com a participação de estudantes de Letras (Alemão) e Filosofia, o projeto *Rosa Branca: tradução de textos selecionados*, cujo objetivo era traduzir o livro de Inge Scholl para o português. Pretendia-se, assim, divulgar a história da *Rosa Branca* também para o público brasileiro. Em agosto de 2013, a tradução foi publicada pela editora 34 com o título *A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo*.

Minha participação neste projeto motivou a escolha do tema para o trabalho de mestrado, cujo objetivo principal é produzir uma tradução comentada de uma seleção de textos ainda inédita em português: os protocolos dos interrogatórios conduzidos pela Gestapo, polícia secreta nazista, com os irmãos Hans e Sophie Scholl. O recorte temático que será desenvolvido no presente artigo está relacionado ao conceito de marca cultural em tradução, tal qual concebido por AZENHA JR (2006), e à relação tecida por VAN DIJK (2012) entre discurso e contexto. Os pressupostos desses dois autores serão apresentados no segundo tópico deste artigo, destinado à fundamentação teórica do mesmo. No terceiro tópico descreveremos o corpus do trabalho, constituído de um gênero textual ainda muito pouco estudado: o protocolo de interrogatório (alemão: *Verhörprotokoll*). Por fim, no quarto tópico do artigo uniremos o recorte teórico escolhido à prática de tradução do corpus, exemplificando como as marcas culturais e a relação entre discurso e contexto se fazem presentes no textos dos interrogatórios e como esse apoio teórico contribuiu para a tomada de decisões tradutórias específicas.

2. Fundamentação teórica

Por “marca cultural” costuma-se entender um “elemento do cotidiano, da História ou da política de determinado povo que não possui correspondente dentre outros povos, em outros países ou em outros lugares” (MARKSTEIN 1999: 288). Sob essa perspectiva, as marcas culturais se fazem presentes nos textos na forma de palavras e expressões, que constituem um desafio à tradução por remeterem a um referencial extralinguístico que não existe na cultura-alvo. Para que o leitor da tradução consiga compreender essas referências, espera-se que o tradutor as adapte à cultura de chegada, adotando uma postura conhecida nos

estudos da tradução como “domesticadora”, ou as preserve, zelando pela estrangeiridade do texto traduzido e eventualmente esclarecendo algo a partir de uma contextualização.

Neste trabalho adotamos, entretanto, uma noção mais ampla e complexa de “marcas culturais”, tal qual proposta por AZENHA JR (2006). Esse autor critica a noção usual de marca cultural, por considerar que ela traz em si uma concepção bastante tradicional de referente: a concepção estruturalista, que enxerga a cultura como algo externo ao texto e cria assim uma cisão entre os universos linguístico e extralinguístico. Nas palavras do autor, o texto é tido apenas “espelho de um referencial extralinguístico e fruto da ação não-interferente de um sujeito” (AZENHA JR 2006: 14).

Entretanto, conforme destaca ele, essas ideias não refletem as mudanças ocorridas na área de Estudos da Tradução desde a conhecida virada cultural, dentre as quais se menciona a expansão do próprio conceito de cultura como algo que abarca “todas as manifestações do espírito humano” e a visão da relação entre os universos linguístico e extralinguístico como um *continuum* (AZENHA JR 2006: 16). Tais mudanças trouxeram a necessidade de se redefinir (e “alargar”) o conceito de marca cultural. Azenha Junior sugere então que ela não seja mais buscada exclusivamente na realidade extralinguística, mas “no modo como cada cultura enxerga o mundo e o reconstrói no interior do discurso” (AZENHA JR 2006: 30). Nas palavras do autor,

“(…) a *marca cultural* do texto a ser traduzido – entendida esta mais no sentido do modo como cada um lê e interpreta o mundo – desloca-se da relação entre um item lexical e seu correspondente no universo extralinguístico para o interior da tessitura do discurso” (AZENHA JR 2006: 20)

Nesse aspecto, é possível traçar um ponto de intersecção com a relação estabelecida por VAN DIJK (2012) entre discurso e contexto. Também este autor vê a relação entre os universos linguístico e extralinguístico como algo contínuo. Para ele, o discurso não deve ser considerado um mero produto de seu contexto, mas sim algo que se *constitui no* contexto e que também *constrói o* contexto, possuindo o poder de transformá-lo (cf. VAN DIJK 2012: 19). Cabe destacar que o autor não entende por contexto a realidade extralinguística isolada, mas sim a “interpretação subjetiva feita pelos participantes das propriedades relevantes da situação (social, interacional ou comunicativa) da qual participam” (VAN DIJK 2012: 45). Nesse sentido, não é a situação comunicativa que influencia o discurso, mas a forma como os sujeitos a percebem e interpretam. Sintetizadas assim as duas premissas teóricas selecionadas para este artigo, apresentaremos no próximo tópico o corpus, que será posteriormente analisado à luz delas.

3. Caracterização do corpus

Os interrogatórios de Hans e Sophie Scholl, que são tema deste trabalho, foram conduzidos pelos oficiais da *Gestapo* Anton Mahler e Robert Mohr, respectivamente. Começaram em 18 de fevereiro de 1943, quando os irmãos Scholl foram flagrados pelo bedel da Universidade de Munique enquanto espalhavam panfletos pelo edifício. Os dois foram presos e conduzidos à central da *Gestapo*. A isso sucederam os interrogatórios exaustivos e apreensões minuciosas nas casas de integrantes e conhecidos do grupo, que culminaram na condenação e execução de Sophie e Hans Scholl, Christoph Probst apenas quatro dias depois, em 22 de fevereiro.

Os textos que constituem o corpus deste trabalho pertencem a um gênero textual que, como observa NIEHAUS (2005), ainda é muito pouco estudado: o gênero “Verhörprotokoll”.

Trata-se de registros escritos dos interrogatórios realizados com o indiciado na fase de inquérito policial. Não são propriamente transcrições: ao final da sessão de interrogatório, um funcionário da Gestapo era chamado à sala para datilografar o conteúdo, que era ditado pelo interrogador a partir de anotações feitas por ele ao longo da sessão. Somente se o interrogador optasse por fazer perguntas nesse momento, elas e as respectivas respostas eram transcritas diretamente.

Como salientam SCHULZ (2005) e CHAUSSY & UEBERSCHÄR (2013), é necessário cautela ao conferir a tais textos o valor de documentos históricos “fiéis” à realidade, já que seu conteúdo foi formulado por representantes da ideologia nacional-socialista (era sempre a autoridade interrogadora que ditava para o escrevente o que deveria ser registrado) e sua intenção era fundamentar e fortalecer os argumentos do “Tribunal do Povo” contra os interrogados. Da mesma forma, os textos não contêm informações sobre as condições em que foram realizados os interrogatórios (por exemplo se foram ou não usados métodos de tortura) e algumas frases aparecem, de certa forma, descontextualizadas em meio a um texto até então coeso.

Outro fator que deve ser levado em conta ao lidar com tais textos é o de que, durante os interrogatórios, os réus lançaram mão de uma série de estratégias para evitar que a polícia pudesse apurar os fatos. Hoje em dia, ao cruzar as afirmações feitas por integrantes do grupo em seus interrogatórios com outros documentos da investigação e com as informações levantadas posteriormente por historiadores e estudiosos da *Rosa Branca*, é possível perceber claramente algumas dessas estratégias. Hans e Sophie Scholl procuraram, por exemplo, assumir toda a culpa pelas ações do grupo, evitando ao máximo citar nomes de terceiros. Sabe-se hoje que, para despistar a polícia e inocentar seus colegas, disseram muitas mentiras durante os interrogatórios.

Feitas as ressalvas necessárias, a divulgação dos protocolos de interrogatório foi premissa fundamental para que os estudos acerca das motivações, ações e objetivos da *Rosa Branca* tomassem novos rumos. Interpretações polêmicas e a mitificação dos protagonistas da *Rosa Branca* (sobretudo dos irmãos Scholl) na Alemanha podem ser atribuídas, entre outros fatores, ao desconhecimento de documentos que permitissem uma análise mais realista dos fatos. Com o fim da guerra, os “protocolos de interrogatório” desses seis membros da *Rosa Branca* caíram nas mãos do exército soviético e foram levados a Moscou, onde ficaram por muitos anos ocultos em um arquivo estatal. Alguns anos após a fundação, em 1949, da República Democrática Alemã, esses documentos voltaram para a Alemanha, mas permaneceram inacessíveis à pesquisa. Apenas em 1990, com a reunificação da Alemanha, foram integrados ao acervo do Arquivo Federal da Alemanha, em Berlim, e passaram a poder ser consultados por pesquisadores (cf. CHAUSSY & UEBERSCHÄR 2013: 13). Foi, enfim, a divulgação dos documentos da investigação contra os membros da *Rosa Branca*, há pouco mais de duas décadas, que tornou possível uma abordagem científica mais aprofundada e historicamente fundamentada desse tema.

4. Exemplos

Nesta seção serão discutidos alguns exemplos de como a noção expandida de marca cultural proposta e a relação entre discurso e contexto trouxeram contribuições para a tradução dos interrogatórios da *Rosa Branca*.

4.1. O embate ideológico

A percepção de que não é a realidade extralinguística em si que influencia o discurso, mas sim a forma como o sujeito a percebe e interpreta, pode ser observada no corpus a partir de uma tensão que perpassa todo o texto transcrito dos interrogatórios: a tensão entre o discurso nazista, exteriorizado pelas vozes dos interrogadores, e o discurso da resistência, presente nas vozes dos interrogados, no caso os irmãos Scholl. Esses discursos distintos são resultantes de duas formas diferentes de perceber e interpretar a realidade da época, marcada pelo regime nacional-socialista.

Esse embate ideológico pode ser claramente percebido no trecho a seguir:

Pergunta final: [...] a senhora ainda não se convenceu de que seus atos e ações com seu irmão e outras pessoas, justamente na fase atual da guerra, constituem um crime contra a comunidade e, especialmente, contra as nossas tropas que lutam bravamente com todas as forças no front oriental? E que precisa ser punida com a pena mais severa?

Resposta: Acreditei e ainda acredito ter feito o melhor que poderia fazer pelo meu povo. Por isso, não me arrependo e estou disposta a arcar com todas as consequências dos meus atos¹. (CHAUSSY & UEBERSCHÄR 2013: 219)

Trata-se do final da última sessão de interrogatório conduzida com Sophie Scholl, realizada na noite de 21 de fevereiro de 1943. Na fala do interrogador é possível perceber uma referência à realidade extralinguística da época. Quando Robert Mohr diz “justamente na fase atual da guerra”, ele se refere à primeira grande derrota alemã na guerra, ocorrida pouco tempo antes da prisão dos irmãos Scholl, na batalha de Stalingrado. Tal batalha deixou um saldo de 700 000 mortos e se estendeu entre julho de 1942 e fevereiro de 1943, quando o sexto exército alemão foi cercado pelas tropas soviéticas e obrigado a se render.

Este fato é reconstruído de diferentes formas no interior do discurso nazista e do discurso da resistência. Diante dele, o interrogador de Sophie Scholl caracteriza a ação da resistência como um “crime contra a comunidade” (*ein Verbrechen gegenüber der Gemeinschaft*) e não mede elogios às tropas que permaneciam lutando em outros pontos no front oriental, caracterizando-as como “tropas que lutam bravamente com todas as forças” (*schwer und hart kämpfende Truppen*). Assim, Robert Mohr constrói a imagem de uma guerra legítima e, conseqüentemente, deslegitima as ações de quem é contrário a ela.

O mesmo fato é reconstruído de forma diversa no discurso da resistência. O tema do sexto panfleto da *Rosa Branca*, redigido pelo professor Kurt Huber também em fevereiro de 1943, é a batalha de Stalingrado. Logo no início do panfleto, é possível perceber como essa batalha se faz presente no discurso da resistência:

“Nosso povo está estarecido diante da queda dos homens de Stalingrado. A genial estratégia daquele que foi cabo na primeira guerra mundial lançou,

¹ *Schlussfrage:* Sind Sie (...) nun nicht doch zu der Auffassung gekommen, dass man Ihrer Handlungsweise und das Vorgehen gemeinsam mit Ihrem Bruder und anderen Personen gerade in der jetzigen Phase des Krieges als ein Verbrechen gegenüber der Gemeinschaft insbesondere aber unserer im Osten schwer und hart kämpfenden Truppen anzusehen ist, das die schärfste Verurteilung finden muss.

Antwort: (...). Ich bin nach wie vor der Meinung, das Beste getan zu haben, was ich gerade jetzt für mein Volk tun konnte. Ich bereue deshalb meine Handlungsweise nicht und will die Folgen, die mir aus meiner Handlungsweise erwachsen, auf mich nehmen.

inútil e irresponsavelmente, trezentos e trinta mil homens alemães à morte e à perdição. *Führer*, nosso muito obrigado!” (SCHOLL 2013: 109)

Aqui, por outro lado, são destacadas as perdas humanas provocadas pela estratégia expansionista nazista, caracterizada com atributos negativos como “inútil” e “irresponsável” e com emprego abundante de ironia (“genial estratégia”, “nosso muito obrigado”). O texto, dirigido aos universitários de Munique, faz críticas severas à política de expansão territorial do partido nazista, enaltecida pelo interrogador de Sophie Scholl em seu discurso. Tendo em vista que a função dos interrogatórios era fortalecer os argumentos do Tribunal do Povo para a condenação do réu, o discurso nazista se sobrepõe nos protocolos e busca sufocar o discurso da resistência, refletindo as medidas repressivas e arbitrárias do regime que representava. Comprova-se assim a importância de abordar e analisar esses registros dos interrogatórios sempre em relação a outras fontes, que deem voz ao discurso da resistência, como os panfletos, cartas e diários de membros do grupo.

4.2. A linguagem nazista

O segundo exemplo escolhido para a discussão está ligado ao pressuposto de VAN DIJK (2012: 34) de que “contextos únicos condicionam maneiras únicas de usar a linguagem, ou seja, discursos únicos”. De fato, o nazismo tinha uma maneira bastante única de utilizar a linguagem a seu favor. Ao lidar com os textos como os do corpus deste trabalho, não se pode esquecer que o regime nazista fez da linguagem seu mais poderoso instrumento de manipulação. Vitor Klemperer, filólogo alemão de origem judaica, registrou em diários o surgimento e a consolidação de uma linguagem tipicamente nacional-socialista. Segundo ele,

“(…) o efeito mais forte não foi provocado por discursos isolados, nem por artigos ou panfletos, cartazes ou bandeiras. O efeito não foi obtido por meio de nada que se tenha sido forçado a registrar com o pensamento ou a percepção conscientes. O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente (KLEMPERER 2009: 55).

Muitas palavras, expressões e frases presentes no corpus deste trabalho carregam uma dimensão histórica (e, no caso específico, ideológica) que não pode ser deixada de lado na tradução. É o caso das designações de organizações juvenis nazistas (*Hitlerjugend*, *Bund Deutscher Mädel* e *Jungmädelschaft*), de postos hierárquicos dessas organizações (*Scharführerin*, *Gruppenführerin*) e de conceitos representativos da ideologia antisemita (*Judenfrage*). As peculiaridades da linguagem nacional-socialista constituem, nesse sentido, um desafio à tradução de textos produzidos nesse momento histórico, pois seu teor ideológico nem sempre é evidente para o leitor de hoje e traz a necessidade de uma contextualização.

² „Erschüttert steht unser Volk vor dem Untergang der Männer von Stalingrad. Dreihundertdreißigtausend deutsche Männer hat die geniale Strategie des Weltkriegsgefreiten sinn- und verantwortungslos in Tod und Verderben gehetzt. Führer, wir danken dir!“ (SCHOLL 1993: 94).

4.3. A linguagem protocolar

O último exemplo selecionado pretende ilustrar como as condições de produção dos protocolos de interrogatório influenciaram sua linguagem em mais uma dimensão. Como a função dos protocolos era constituir fundamentos para a condenação dos irmãos Scholl, a transcrição da fala deveria ser muito rápida, a fim de registrar a maior quantidade de informações possível. Além disso, conforme mencionado anteriormente, os interrogatórios foram realizados sob grande pressão de tempo por ordens do próprio Hitler, que exigiu que os integrantes da *Rosa Branca* fossem julgados e condenados o mais rapidamente possível, evitando que a resistência tomasse maiores proporções.

As consequências dessa pressão sobre quem participou dos interrogatórios e sobre quem os datilografou ficaram eternizadas em um texto repleto de erros de digitação, siglas, abreviações e redundâncias. No trecho a seguir, também extraído de um protocolo do interrogatório de Sophie Scholl, é possível perceber exemplos desses desvios:

“Há 14 dias ou três semanas, nós guardamos o mimeógrafo, que meu irmão adquiriu com o objetivo de produzir panfletos, no ateliê do artista plástico Eickemeir, rua Leopoldstraße, nº 38, casa dos fundos. No momento, Eickemeir está trabalhando como arquiteto em Cracóvia e há algum tempo alugou seu ateliê ao artista plástico Wilhelm Geyer, de Ulm, rua Sylinstraße nº?. Geyer nos cedeu a chave desse ateliê para que pudéssemos mostrar a nossos amigos e conhecidos alguns quadros que Geyer pendurou naqueles recintos. Geyer não tem a menor ideia de que guardamos nosso mimeógrafo no porão do ateliê mencionado. Isso se deve ao fato de que Geyer só permanece alguns dias por semana a trabalhar em Munique e o restante do tempo trabalhando em Ulm”³ (CHAUSSY & UEBERSCHÄR 2013: 237)

a) O sobrenome “Eickemeir” está grafado da maneira errada. A forma correta seria *Eickemeyer*, sobrenome de Manfred Eickemeyer, artista que cedeu seu ateliê para os encontros da *Rosa Branca* e, por esse motivo, foi julgado pelo Tribunal do Povo no terceiro processo movido contra membros da *Rosa Branca*.

b) Sempre que se faz referência a um local no texto, o endereço exato é inserido logo em seguida: “rua Leopoldstraße, nº 38, casa dos fundos”, “rua Sylinstraße nº?”.

c) Evita-se o emprego de elementos catafóricos. A repetição frequente do nome “Geyer” é redundante e não desejável estilisticamente, mas constitui uma característica do gênero: era preciso deixar muito claro o autor de cada ação e, conseqüentemente, a participação de cada um dos nomes mencionados nas atividades de resistência.

d) O texto em alemão é repleto de siglas e abreviações, que serão recriadas em uma versão mais adiantada da tradução: *Rckg.*, *Leopoldstr.*, *Nr.*, *z. Zt.*, *Wilh.*

³ „Den Vervielfältigungsapparat, welcher von meinem Bruder eigens zum Zwecke der Herstellung von Flugblättern gekauft wurde, haben wir vor 14 Tagen oder 3 Wochen in dem Atelier des Kunstmalers Eickemeir, Leopoldstr. 38, Rckg., hinterstellt. Eickemeir befindet sich z. Zt. als Architekt in Krakau und hat seit einiger Zeit das Atelier an den Kunstmalers Wilh. Geyer aus Ulm, Sylinstr. Nr.?, vermietet. Geyer übergab uns den Schlüssel zu diesem Atelier um dadurch in die Lage versetzt zu sein, unseren Freunden und Bekannten eigene Bilder vorzuzeigen die Geyer in diesen Räumen aufgehängt hat. Geyer hat keine Ahnung davon, dass wir unseren Vervielfältigungsapparat im Keller des erwähnten Atelier’s hinterstellt haben. Hierzu kommt, dass sich Geyer nur einige Tage in der Woche zur Arbeit in München aufhält und die andere Zeit in Ulm tätig, ist“.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo exemplificar como a noção alargada de “marca cultural” em tradução proposta por AZENHA JR. e as considerações traçadas por VAN DIJK – na área de análise crítica do discurso – entre discurso e contexto podem trazer contribuições práticas para o trabalho do tradutor. Essas contribuições vão desde a compreensão aprofundada do texto de partida até a fundamentação de escolhas tradutórias específicas.

Ao transparecer nos textos dos interrogatórios, a tensão entre a ideologia nazista e as convicções que motivaram as ações da *Rosa Branca* tornam o corpus especialmente propício à divulgação histórica do tema da resistência ao nacional-socialismo. Ao mesmo tempo, esses textos se prestam a um estudo teórico que vise identificar a relação dinâmica entre discurso e contexto: por um lado, as condições de pressão e as relações de poder características do regime nacional-socialista, tal qual percebidas e interpretadas por interrogador e interrogado, deixaram marcas no discurso de ambas as partes; por outro, o objetivo da *Rosa Branca*, ao produzir e distribuir panfletos em que argumentavam, era justamente modificar o contexto a partir do discurso.

Referências

AZENHA Jr., João. Linguística Textual e tradução: Redefinindo o conceito de “marca cultural“. In: **TradTerm** 12, São Paulo: FFLCH, 2006. 13-32.

CHAUSSY, Ulrich & UEBERSCHÄR, Gerd R. **Es lebe die Freiheit!** Die Geschichte der Weißen Rose und ihrer Mitglieder in Dokumenten und Berichten. Frankfurt am Main: Fischer, 2013.

MARKSTEIN, Elisabeth. “Realia“. In: SNELL-HORNBY, Mary et al (Hrsg.). **Handbuch Translation. Zweite, verbesserte Auflage.** Tübingen: Stauffenburg Verlag, 1999, p. 288-291.

MOLL, Christiane. Die Weiße Rose. In: STEINBACH, Peter & TUCHEL, Johannes (Org.). **Widerstand gegen den Nationalsozialismus.** Berlin: Akademie Verlag, 1994. p. 443-467.

NIEHAUS, Michael. Wort für Wort. Zu Geschichte und Logik des Verhörprotokolls. In: NIEHAUS, Michael & SCHMIDT-HANNISA, Hans W. **Das Protokoll:** Kulturelle Funktionen einer Textsorte. Frankfurt am Main: Lang, 2005. p. 27-48.

SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca.** A história dos estudantes que desafiaram o nazismo. Editora 34: São Paulo, 2013.

SCHULZ, Kirsten. Die Verhörprotokolle – Sichere Quellen? **Bundeszentrale für politische Bildung**, 20 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.bpb.de/geschichte/nationalsozialismus/weisse-rose/61039/verhoerprotokolle-sichere-quellen>>. Acesso em: 22 set. 2012.

Microsoft® Translator
Maßnahmen

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Contexto.** Uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.